

# Planalto já aposta nos 5 anos

Arquivo 30/07/87

A aprovação do mandato de cinco anos para o presidente Sarney no plenário da Constituinte já é considerado ponto pacífico na Presidência da República. A tendência dos constituintes vem sendo acompanhada pelo subsecretário de Assuntos Parlamentares do Gabinete Civil, Henrique Hargreaves, que não tem mais dúvidas sobre o resultado da votação.

Apesar desta tendência, Hargreaves garante que o presidente Sarney está «desinteressado» da discussão. E a melhor prova de que a Presidência da República não está se envolvendo diretamente no debate, segundo o subsecretário, foi dada pelo próprio em reunião com os integrantes do «Centrão». Quando os parlamentares começaram a indagar do subsecretário sobre a disposição de Sarney em relação ao mandato, ele respondeu: «Eu estou aqui para ajudar vocês nas questões regimentais e não sobre os problemas do Governo e muito menos tempo de mandato».

Na avaliação de Henrique Hargreaves, a tese dos cinco anos ganha força porque agora «ela é conveniente aos partidos políticos que devem enfrentar as eleições no próximo ano». Basicamente, observou ele, os principais interessados são o PMDB e PFL que

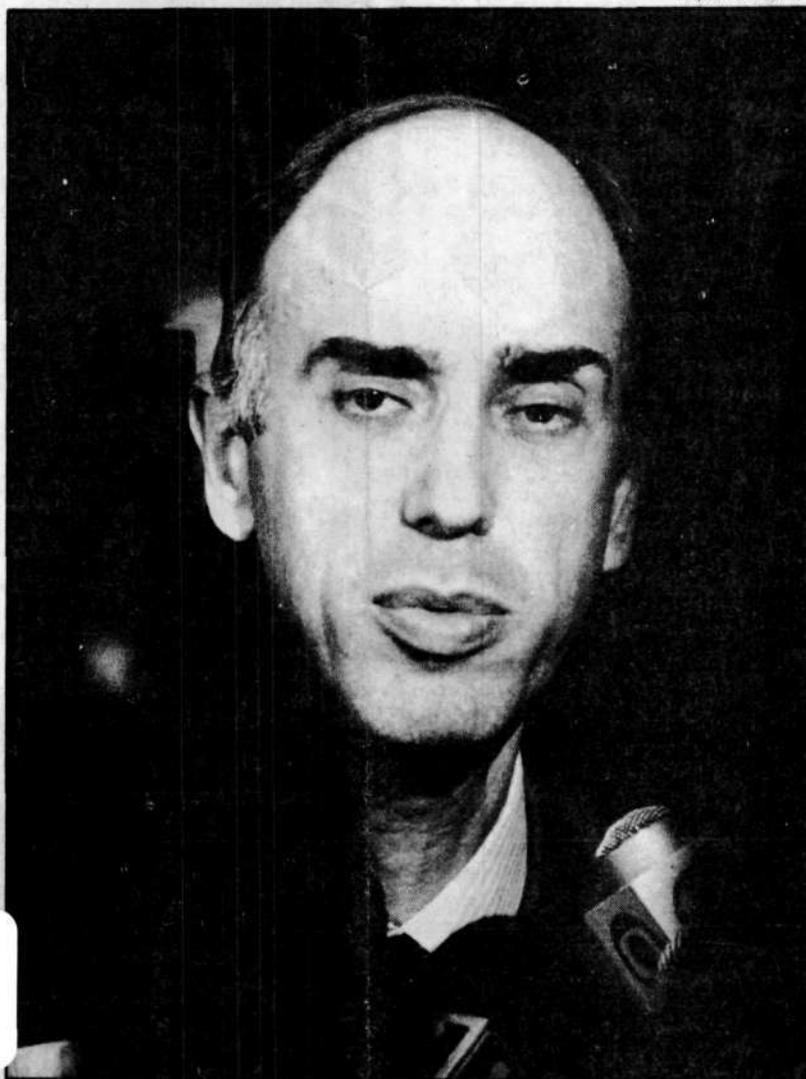
não se sentem seguros para enfrentar as urnas em 1988.

## Inversão

Esta mudança de tendência já vinha sendo detectada pelo presidente Sarney, pessoalmente. Nas audiências com parlamentares tanto do PMDB quando do PFL, o presidente vem sendo pressionado para voltar a defender os cinco anos. Sarney se nega a retomar a argumentação em favor de cinco anos e esta inversão de papéis — na avaliação de um assessor do presidente — vem sendo bem recebida entre parlamentares que ainda não haviam se manifestado na Constituinte.

Os votos em favor dos cinco anos, na opinião de Hargreaves virão do PMDB, PFL, PDS e PTB. Ele acredita também que esta tese terá adeptos além das fronteiras do «Centrão».

Apesar das recusas de Sarney em voltar a defender os cinco anos para seu Governo, ele não vai impedir as articulações feitas por seus ministros. O ministro Costa Couto — defensor dos cinco anos — diz que o trabalho dos ministros para derrubar no plenário o mandato de quatro anos, «é iniciativa pessoal e porque eles se identificam com a proposta do presidente, mas isto não significa que o presidente esteja fazendo esforços nesse sentido».



Preocupado, Maciel diz que está «sob fogo cruzado»

## Maciel faz reunião e busca propostas para resgatar PFL

Preocupado em «resgatar» o partido durante as discussões da Constituinte, o senador Marco Maciel, presidente do PFL, já começou a promover reuniões com o objetivo de tentar viabilizar propostas em bloco do partido. Maciel reuniu ontem parte da bancada e na segunda-feira promove novo encontro, quando questões específicas começam a ser levantadas para saber em que temas pode haver algum consenso no PFL.

A preocupação de Maciel vem sendo a de se manter equidistante dos diversos grupos suprapartidários que surgem na Constituinte, o que o mantém sob «fogo cruzado»: quando negocia com o «Centrão», surgem acusações de que ele estaria levando o partido para a direita. Quando vota contra as propostas do grupo, líderes como José Lourenço o acusam de se posicionar «contra a bancada» do PFL, que em sua maioria apoia as teses do «Centrão». Maciel quer tentar viabilizar teses que se caracterizem como do próprio PFL, e

não de um ou de outro grupo. O senador Guilherme Palmeira (AL), ex-presidente do partido, disse ontem que não há qualquer fundamento nas notícias de que Maciel estaria querendo direcionar o PFL para a direita, na tentativa de pacificar o partido.

Embora admitindo que há dificuldade em se chegar a consenso em torno de temas constitucionais, Carlos Chiarelli, que participou da reunião de ontem, observa que será feito um esforço no sentido de fazer com que o PFL «sobreviva e emerja no quadro Constituinte», através de propostas próprias. Ele observou que até agora tem se verificado um processo interpartidário ou então posições individuais que fazem com que a Constituinte se transforme num «sugador» de partidos. Da reunião de ontem participaram ainda, entre outros, os deputados Lúcio Alcântara (CE), Saulo Queiroz (MS), Jayme Santana (MA), Mendes Thame (SP), Joaquim Francisco (PE) e o senador Jorge Bornhausen (SC).

## Deputado revela pedido

O senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou ontem que o presidente José Sarney lhe pediu que não leve adiante a coleta de assinaturas a sua emenda que estabelece o mandato presidencial de cinco anos, em conversa no Palácio da Alvorada, domingo último. De acordo com Lobão, o Presidente o convidou à residência oficial especialmente para fazer esse pedido e ouviu, em resposta, que a emenda já era do domínio dos cerca de 200 parlamentares que o senador afirmou que a assinara.

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, não confirma a versão de Lobão, mas foi enfático ontem ao reiterar que o presidente Sarney tomou a decisão, ir-

reversível, de não interferir na Constituinte para alterar a decisão da Comissão de Sistematização. Segundo Costa Couto, ainda ontem, ao chegar ao Palácio do Planalto, de manhã, o Presidente chamou-o ao gabinete para pedir que repetisse essa posição à imprensa «a título de esclarecimento».

Costa Couto disse que o presidente Sarney não autorizou qualquer das iniciativas, de parlamentares ou de ministros, no sentido de reverter a decisão da Comissão de Sistematização por um mandato de quatro anos. O ministro admitiu, no entanto, que colegas seus de ministérios e parlamentares identificados com a linha do governo atuam nesse sentido, mas de forma isolada.

Arquivo 03/08/87

## Emenda propõe moção contra o ministério

Uma emenda presidencialista que introduz a moção de censura a um ministro de Estado ou a todo o ministério e que, se aprovada por 2/3 da Câmara dos Deputados, implicará na dissolução da equipe ministerial, foi elaborada pelo deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), que pretende torná-la a primeira a ser apresentada na nova fase de propostas para alterar o projeto de Constituição votado pela Comissão de Sistematização.

Embora o período de sete dias para a apresentação de emendas dependa da finalização do processo de votação do regimento interno, alguns parlamentares começaram a divulgar as suas quatro emendas permitidas pelo novo regimento interno da Mesa da Constituinte e a recolher assinaturas para procurar atingir a maioria absoluta (280 assinaturas), com a qual garantirá a preferência para votação da sua proposta.

Já com 189 assinaturas, o deputado Matheus Iensen (PMDB-PR) divulgou sua emenda que prevê que a primeira eleição para presidente da República, após a promulgação da futura Constituição, se dará a 15 de novembro de 1989, procurando restabelecer os cinco anos de mandato para o presidente Sarney. Coincidentemente, as emendas de Maurílio Ferreira Lima e a de Matheus Iensen procuram resgatar duas derrotas sofridas pelo Governo na Comissão de Sistematização, e que foram as mais sentidas pelo presidente Sarney.

A emenda de Maurílio Ferreira Lima, bem mais detalhada do que a de Matheus Iensen, que tem apenas um artigo, é uma emenda substitutiva que necessitará, para ser votada pelo plenário, de 56 assinaturas, para obter preferência, se o seu autor não conseguir as 280 assinaturas.



Humberto Lucena (PMDB-PB)

## Lucena ameaça Feldmann com ação judicial

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB), vai processar por calúnia e difamação o deputado Fábio Feldmann (PMDB-SP), que afirma ser o presidente do Congresso «testa de ferro de empresas multinacionais e do capital estrangeiro, opondo-se, por isso, à aprovação do projeto de lei que proíbe a pesca da baleia no País».

Lucena que já solicitou à Consultoria Geral do Senado o envio de representação contra Feldmann, ao procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, afirma que o projeto não foi votado, lembrando que «por força do funcionamento da Constituinte, qualquer proposição de iniciativa parlamentar só será levada ao plenário, por requerimento que pode ser feito a qualquer momento, por iniciativa do autor do projeto», no caso, o deputado Gastone Righi.

Por outro lado, Lucena afirmou que já existe um decreto do Presidente da República, «suspendendo por cinco anos a pesca da baleia». Lembrou ainda que como presidente do Congresso, nem mesmo vota em plenário, e que não se opõe a que o projeto conste da ordem do dia.

### Não autorizou

«Não autorizo ninguém do meu Governo a trabalhar pelos cinco anos de mandato». A frase, do presidente Sarney, foi ouvida ontem pelo deputado Aécio Neves (PMDB-MG), durante audiência, no Palácio do Planalto.

Na verdade, Aécio Neves disse que não foi ao Palácio do Planalto para tratar especialmente desse assunto. Ele afirmou, na saída da audiência, que foi conversar com o presidente Sarney sobre a criação de uma faculdade em sua cidade, São João Del Rey, e aproveitou para perguntar qual é o seu posicionamento, agora, sobre a duração de seu mandato, depois da vitória do «Centrão».

### Mensagem à ONU

«Reitero minha esperança de que os direitos e liberdades proclamados pelas Nações Unidas sejam universalmente respeitados», afirma mensagem enviada ontem pelo presidente Sarney à ONU e ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em comemoração aos 39 anos da Proclamação Universal dos Direitos Humanos. A mensagem presidencial foi lida em sessão extraordinária do CDDPH pelo ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, para lembrar a data.

## Richa crê em mudanças na Constituinte

Campo Grande — Uma nova mentalidade vai tomar conta da Constituinte a partir de agora, conforme afirmou ontem nesta capital, o senador José Richa. Ele explicou que o «Centrão» já cumpriu sua missão política, alterando o regimento dos trabalhos para a elaboração da nova Constituição, e vai desaparecer desse cenário. Em seu lugar — ainda conforme o senador — surgirão grupos de trabalho organizados, comandando o processo do mérito da Constituinte, citando como exemplo «o Grupo dos 32», do qual é o coordenador e o chamado «Centrinho» sob orientação do deputado Euclides Sclaco.

Richa acredita que essas e outras mudanças que ainda poderão acontecer, em torno das consequências da vitória do «Centrão», não vão recuperar o crédito dos políticos, perante a opinião pública. Isso porque «o Brasil vive desde 1985 — disse o senador — uma crise política crônica que está numa agonia acelerada. Os políticos estão desacreditados, o País inteiro está mobilizado diante de uma inflação galopante, enfim, a situação nesta insustentável por todos os lados».